



## DIFERENÇAS NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA

*Differences in the social representations of youth regarding urban violence*

### **André Luis Gomes**

Universidade Federal de Viçosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3395-9192>

E-mail: [andregomes@ufla.br](mailto:andregomes@ufla.br)

### **Neide Maria de Almeida Pinto**

Universidade Federal de Viçosa - UFV, Viçosa, MG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8713-5471>

E-mail: [nalmeida@ufv.br](mailto:nalmeida@ufv.br)

### **Ana Louise de Carvalho Fiúza**

Universidade Federal de Viçosa - UFV, Viçosa, MG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3898-1583>

E-mail: [louisefiuza@ufv.br](mailto:louisefiuza@ufv.br)

### **Geraldo Magela da Cruz Pereira**

Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6280-4870>

E-mail: [geraldo.pereira@ufla.br](mailto:geraldo.pereira@ufla.br)

Trabalho enviado em 13 de maio de 2025 e aceito em 18 de dezembro de 2025



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 17, N.04., 2025, p. 265-296

André Luis, Neide Maria, Ana Louise e Geraldo Magela

DOI: [10.12957/rdc.2025.91772](https://doi.org/10.12957/rdc.2025.91772) | ISSN 2317-7721

## RESUMO

Este estudo analisou as representações sociais que os jovens de uma cidade de porte médio têm acerca da violência urbana e os fatores que contribuem para essas representações. Para isso, foram utilizados dados fornecidos pela Polícia Militar, pelo Centro de Promoção de Desenvolvimento Sustentável, além de respostas a um questionário aplicado a 618 jovens. Os resultados evidenciaram diferenças significativas nas representações sobre a violência entre os jovens, influenciadas pelas áreas de residência dentro da cidade, pela classe econômica e pela proximidade com incidentes de violência. Além disso, constatou-se que as representações dos jovens, nem sempre são construídas com base em dados objetivos sobre a violência, mas são moldados por narrativas transmitidas pelos meios de comunicação, comentários de outras pessoas e pela percepção sobre a atuação das forças de segurança. Conclui-se que as representações sociais da violência urbana entre os jovens não apenas refletem a realidade, mas também reforçam medos e estereótipos que podem intensificar a segregação socioespacial e limitar o uso de espaços públicos. Assim, torna-se fundamental investir em estratégias de comunicação transparente, políticas públicas inclusivas e ações educativas que promovam uma compreensão mais crítica e equilibrada da realidade urbana, contribuindo para uma convivência mais segura e integrada.

**Palavras-chave:** Espaço Público; Jovem; Violência urbana; Representação social; Segurança

## ABSTRACT

This study analyzed the social representations that young people from a medium-sized city have about urban violence and the factors that contribute to these representations. Data were collected from the Military Police, the Center for the Promotion of Sustainable Development, and responses to a questionnaire administered to 618 young individuals. The results revealed significant differences in representations of violence among the youth, influenced by their residential areas within the city, economic class, and proximity to incidents of violence. Additionally, it was found that young people's representations are not always based on objective data about violence but are shaped by narratives transmitted by the media, comments from others, and perceptions about the actions of security forces. It was concluded that social representations of urban violence among youth not only reflect reality but also reinforce fears and stereotypes that may intensify socio-spatial segregation and limit the use of public spaces. Therefore, it is essential to invest in strategies for transparent communication, inclusive public policies, and educational actions that promote a more critical and balanced understanding of urban reality, contributing to a safer and more integrated coexistence.

**Keywords:** Public place; Young; Urban violence; Social representation; Safety

## 1. INTRODUÇÃO

A violência vivenciada em algumas cidades brasileiras durante o ano de 2023 atingiu níveis alarmantes. Em uma avaliação das 50 cidades mais violentas do mundo, o Brasil ocupou o segundo lugar geral, com 10 das 42 cidades identificadas na América Latina (SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ, 2024). Entre os locais com índices elevados de violência, destacaram-se os espaços públicos, como, ruas, avenidas, praças e outros locais onde o acesso das pessoas não é restrito, exceto pelas normas que regulam o



comportamento em áreas comuns (GOMES, 2002). Durante este período, foram registrados 17.831 casos de violência nesses espaços, o que equivale a uma taxa de 8,24 mortes para cada 100 mil habitantes (DATASUS, 2024).

O elevado índice de violência exerce impactos profundos sobre o desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que uma parte significativa da população, especialmente os jovens, não consegue ingressar no mercado de trabalho. Esse fenômeno resulta da violência letal a que estão expostos e da qual são as maiores vítimas (DATASUS, 2024)<sup>1</sup>, bem como do encarceramento, que atinge uma parcela considerável da população. Esse cenário contribui para a ausência de geração de renda e aumenta os gastos com a manutenção prisional<sup>2</sup> (CAPRIROLO et al., 2017).

A alta taxa de homicídios entre jovens no Brasil não é um fenômeno recente, sendo observada desde a década de 1980. Entretanto, a idade mais afetada tem diminuído, passando de 25 anos para 21 anos, com predominância do sexo masculino e da população negra (CERQUEIRA, 2024). Esse cenário, especialmente para jovens negros e de classes populares, reflete um contexto em que eles não são reconhecidos, pelos gestores e implementadores de políticas públicas, como vítimas prioritárias a serem protegidas. Além disso, esses indivíduos são frequentemente alvo do policiamento ostensivo, que busca combater a criminalidade nas ruas (SINHORETTO, 2015), em um modelo de enfrentamento da violência que pouco dialoga com a sociedade e com os outros setores da administração pública (CERQUEIRA, 2017).

Além da violência real, a representação social da violência também exerce impactos econômicos e sociais significativos para o Brasil. Embora se refira ao crime comum, seu foco está na força intrínseca ao fenômeno, responsável por romper a normalidade (SILVA, 2004). Esse rompimento gera medo<sup>3</sup> e insegurança na população que, movida por tais sentimentos e pela expectativa de não ser vítima de violência, recorre à segurança privada e exige dos governantes ações eficazes no combate à violência.

Entretanto, quando essas ações se mostram insuficientes, observa-se uma tendência dessa população em restringir suas saídas ou evitar determinadas áreas da cidade, seja em qualquer horário,

---

<sup>1</sup> De acordo com o DATASUS (2024), 46% dos 43.443 casos de homicídios registrados em 2023 envolveram indivíduos na faixa etária entre 15 e 29 anos.

<sup>2</sup> O custo do crime e da violência na América Latina e no Caribe representa anualmente 3,4% do PIB, o que equivale a 78% dos gastos com educação e ao dobro do que é destinado à assistência social. Esses custos englobam a perda de capital humano devido a mortes, ferimentos e encarceramentos; os gastos do setor privado com segurança; além das despesas públicas com polícia, justiça e sistema penitenciário (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2024).

<sup>3</sup> O medo pode ser compreendido como um sentimento de suscetibilidade ao perigo, caracterizado por uma sensação de insegurança e vulnerabilidade. A insegurança reflete a crença de que o mundo é um lugar repleto de ameaças e que, inevitavelmente, em algum momento, seremos as vítimas. Por sua vez, a vulnerabilidade refere-se à percepção de pouca ou nenhuma capacidade de escapar com sucesso de um perigo, caso ele se concretize (BAUMAN, 2008).

seja em horários específicos (BRICEÑO LEÓN, 2007). Essa dinâmica gera impactos significativos nas sociabilidades, isto é, na interação com outras pessoas (VELHO, 2001) e com os espaços públicos - locais que tradicionalmente representam o exercício da vida pública de forma intensa e espontânea. Como reflexo do medo e da insegurança, esses espaços vêm sendo progressivamente abandonados (SOUZA, 2008).

Este contexto está especialmente associado à realidade dos grandes centros urbanos. Contudo, a violência tem se manifestado de forma expressiva também em cidades de porte médio<sup>4</sup>, como Viçosa/MG, afetando particularmente os jovens. Diante disso, busca-se investigar a representação social que os jovens<sup>5</sup> têm sobre a violência urbana, com ênfase nos crimes violentos<sup>6</sup>, como roubos, homicídios e agressões físicas, procurando compreender suas particularidades e especificidades. A escolha de trabalhar com jovens se justifica pelo fato de que, conforme já mencionado, essa é a população mais vulnerável e uma das principais vítimas de violência, conforme estatísticas disponíveis em (CERQUEIRA et al., 2024). Além disso, a situação específica de Viçosa reforça essa escolha, uma vez que, segundo dados da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar<sup>7</sup>, o município apresenta elevados índices de violência, sobretudo contra sua população jovem.

Inicialmente, será apresentado o referencial teórico, abordando a teoria da representação social, sua relação com a violência urbana e os impactos dessa dinâmica na vida dos cidadãos. Em seguida, serão descritos os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, bem como os resultados obtidos, seguidos das considerações finais.

## 2. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Inserida no campo da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais (TRS) pode ser compreendida como uma abordagem teórico-metodológica que organiza elementos como cognições, normas, crenças, valores, atitudes, opiniões e imagens em uma totalidade significativa que expressa aspectos da realidade (JODELET, 2001). O conceito tem suas raízes no trabalho de Durkheim, que, em 1898, introduziu a expressão "representação coletiva" para descrever esses elementos como produções

---

<sup>4</sup> De acordo com o Sistema Único de Assistência Social (2009), cidades de porte médio são aquelas com populações variando entre 50.001 até 100.000 habitantes.

<sup>5</sup> Neste estudo, consideram-se jovens os indivíduos com idades entre 15 a 29 anos, conforme estabelece o Estatuto da Juventude, Lei nº4.529/04.

<sup>6</sup> Crimes violentos são definidos como aqueles que colocam em risco a integridade física ou a vida da vítima (ADORNO, 2002).

<sup>7</sup> Dados da 97ª Companhia de Polícia Militar (2019) indicam que, entre 2013 e 2018, foram registrados 156 casos de homicídios em Viçosa; deste total, 68% das vítimas eram jovens na faixa etária de 15 a 29 anos.



mentais. Ele distinguiu as representações coletivas das individuais, destacando a especificidade do pensamento social em contraste com o pensamento individual, este último visto como puramente psíquico e irredutível à atividade cerebral (MOSCOVICI, 1978).

Segundo Durkheim (2007, p. XXII), as representações coletivas traduzem "(...) o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam. (...) Para compreender a maneira como a sociedade representa a si mesma e o mundo que a cerca, é a natureza da sociedade, e não a dos particulares, que se deve considerar". Nesse sentido, as representações coletivas podem ser entendidas como manifestações do pensamento coletivo, fundamentadas em crenças, valores, imagens, opiniões e atitudes, entre outros elementos que refletem a visão compartilhada pelo grupo sobre si mesmo e sobre o mundo ao seu redor.

A noção de representação coletiva, introduzida por Durkheim, permaneceu em desuso por mais de 50 anos, sendo revitalizada na década de 1960 por Moscovici. Este autor reinterpreto os fenômenos representacionais da sociedade contemporânea, considerando suas particularidades em um contexto marcado pelo avanço da ciência, pela mobilidade social e pela intensa fluidez nas trocas e comunicações (JODELET, 2001; RATEAU et al., 2012). Segundo Moscovici (2007), as representações sociais consistem em uma série de proposições que permitem classificar coisas e pessoas, descrever suas características e explicar sentimentos e ações. Elas podem ser compreendidas como "fenômenos específicos relacionados a um modo particular de compreender e comunicar – um modo que cria tanto a realidade quanto o senso comum" (MOSCOVICI, 2007, p. 49).

Segundo o autor citado, as representações sociais estão inscritas em um "referencial de um pensamento preexistente" e dependem dos sistemas de crenças, sendo ancoradas em valores, tradições e imagens sobre o mundo e a existência. Por meio do discurso, essas representações passam por um constante trabalho social, no qual novos fenômenos são incorporados a modelos explicativos e justificativos já familiares e aceitáveis. Esse processo de troca e composição de ideias atende a uma dupla exigência dos indivíduos e da coletividade: "Por um lado, construir sistemas de pensamento e compreensão e, por outro, adotar visões consensuais de ação que permitam manter o vínculo social, até mesmo, a continuidade da comunicação da ideia" (MOSCOVICI, 2007, p. 216).

Nas representações sociais, os membros de um grupo desenvolvem percepções sobre determinado objeto social que não são compartilhadas com membros de outros grupos. Assim, a visão do objeto torna-se específica para aquele grupo, e o próprio objeto assume características únicas dentro desse contexto. Contudo, para que o objeto seja considerado um elemento do grupo, ele deve ser representado socialmente (WAGNER et al., 1999). Segundo Moscovici (1978), representar ou se representar é uma forma de pensamento em que o sujeito estabelece uma relação com um objeto. Esse

objeto é entendido como uma entidade socialmente construída, podendo ser real, imaginário ou mítico. Em outras palavras, o objeto pode ser uma pessoa, um objeto material, um evento psíquico, social ou de qualquer outra natureza.

Para que a representação social aconteça, são necessários os processos de objetivação e ancoragem. A objetivação refere-se à maneira como um novo objeto, a partir da comunicação sobre ele, é simplificado, visualizado e diagramado.

Neste processo, por meio do fenômeno da construção seletiva, diferentes características do objeto são destacadas do contexto e classificadas segundo critérios culturais e normativos. Diversos aspectos do objeto são separados do campo ao qual pertencem e apropriados por grupos que, ao projetarem sua própria realidade, conseguem controlá-los com maior facilidade. A ancoragem conclui o processo de objetificação, pois é o mecanismo pelo qual o objeto se insere em um sistema de pensamento individual e coletivo preexistente (RATEAU et al., 2012).

De acordo com Jodelet (2001), esse fenômeno ocorre de duas maneiras: 1) por meio do enraizamento da representação e do objeto em uma rede de significações, que permite situá-los dentro dos valores sociais do grupo, conferindo-lhes coerência; e 2) pela instrumentalização do saber, atribuindo à representação social um valor funcional, o que possibilita interpretar e gerenciar o ambiente.

As questões apresentadas evidenciam que as representações sociais envolvem tanto a forma de pensar quanto a de interpretar a realidade na qual o indivíduo está inserido, além de refletirem o modo de conhecer a atividade mental desenvolvida ao expressar sua posição em relação a situações, objetos, eventos e comunicações. Dessa maneira, trata-se de um processo que estabelece uma relação entre o mundo e as coisas, mediada pelo lugar que o indivíduo ocupa na sociedade (SÊGA, 2000).

Nas páginas seguintes, será discutida a representação da violência urbana e sua influência sobre a vida dos indivíduos.

### **3. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA URBANA**

O conhecimento das representações sociais é considerado de segundo grau, pois surge da reflexão crítica sobre a realidade e das percepções que temos sobre ela, resultando em uma compreensão mais aprofundada e revisada do mundo. No caso da violência, isso se manifesta: “Exemplificando, ao invés de centrar a análise nos dados brutos da violência, interroga(m)-se o(s) imaginário(s) construído(s) sobre a violência” (PORTO, 2006, p. 254).

Segundo a autora mencionada, as análises baseadas nas representações sociais da violência permitem captar os significados que tanto as vítimas quanto os protagonistas da violência atribuem, não apenas às suas representações, mas também às suas práticas. Essa abordagem, não desconsidera o



ambiente, o contexto, a situação e a estrutura nos quais os casos de violência ocorrem. Nesse sentido, a subjetividade é destacada, reconhecendo-se que ela está intrinsecamente vinculada a um contexto e ambiente objetivamente definidos, de modo que subjetividade e objetividade se apresentam como elementos essenciais nessa dinâmica.

Uma contribuição relevante para a compreensão das representações sociais da violência é apresentada por Silva (2016), que concebe a violência urbana como um complexo de práticas que representa uma ameaça a duas condições fundamentais do sentimento de segurança existencial, inerentes à vida cotidiana: a integridade física e a proteção patrimonial. Embora a representação da violência urbana se refira, em grande parte, ao crime comum, seu foco reside na força das práticas violentas e em como elas têm o poder de modificar as rotinas diárias, rompendo com a normalidade.

Nesse sentido, conforme o autor citado, a representação da violência, assim como qualquer outra forma de representação, vai além de uma simples descrição neutra; trata-se de uma construção simbólica que enfatiza e recorta aspectos das relações sociais considerados relevantes pelos agentes. Esses aspectos são utilizados para construir significados e orientar suas ações. Ao mesmo tempo, essa representação revela relações reais, apresentando aos agentes modelos de conduta a serem seguidos, atuando como um mapa que delinea um conjunto complexo de relações e comportamentos que devem ser obrigatoriamente observados.

Entre os agentes que desempenham um papel importante na disseminação da representação da violência, destaca-se a mídia. No contexto das grandes e complexas cidades, onde as distâncias dificultam o conhecimento de todos os acontecimentos sociais em um determinado espaço, a mídia oferece uma visão parcial e uma compreensão da violência (RAMOS; NOVO, 2003). Como a mídia depende de eventos, especialmente dos sensacionalistas, a violência, por romper com a normalidade, acaba sendo favorecida, com destaque para casos espetaculares, sangrentos e atrozes. Esses episódios, além de refletirem a violência em sua forma extrema, também incluem manifestações de violência cotidiana e banal (MICHAUD, 1989).

As imagens, de modo geral, fornecidas pela mídia, e as imagens da violência, em particular, transmitem os eventos como se estivessem ocorrendo naquele momento. No entanto, elas podem ser enganosas, uma vez que podem ser selecionadas, montadas, legendadas, enquadradas e reenquadradas, além de poderem ser exibidas ou ocultadas (MICHAUD, 1989). Como os indivíduos não estão diretamente envolvidos na situação retratada e a percebem apenas por meio da mídia, enfrentam dificuldades para formar uma opinião própria sobre o problema apresentado, enquanto se tornam mais suscetíveis à assimilação daquilo que lhes é apresentado (RAMOS; NOVO, 2003).

Assim, é evidente que as notícias veiculadas pelos meios de comunicação não são neutras; elas transmitem uma visão de mundo, uma interpretação prévia e sentidos sobre a violência presente na sociedade. O discurso midiático é apropriado pelo indivíduo, que o reproduz como se fosse seu, configurando um discurso homogeneizador que se insere em uma representação cultural e social do mundo. Dessa forma, a mídia influencia as percepções da realidade e limita a capacidade dos indivíduos de elaborar significados próprios (RAMOS; NOVO, 2003). Nesse contexto, não são as violências efetivas que se tornam relevantes, mas sim o que se sabe e o que se imagina sobre elas (MICHAUD, 1989).

A representação da violência urbana, construída a partir de situações vivenciadas ou amplamente divulgadas pelos meios de comunicação, assim como pelas falas cotidianas dos indivíduos, gera medo e insegurança na população, independentemente de essa violência se concretizar. Assim, se, por um lado, esse medo tem origem na imaginação, para o sujeito, ele é percebido como uma possibilidade real (BAIERL, 2008).

O medo da violência, quando expressado, gera um tipo específico de conhecimento, com o propósito de ordenar e atribuir significado a um universo que, diante da presença constante da violência, parece perder o sentido (CALDEIRA, 2008). Nesse contexto, as narrativas sobre a violência urbana têm a função de explicar as razões por trás das ações violentas, além de realizar avaliações morais das condutas, de modo a torná-las aceitáveis e compreensíveis tanto para as vítimas quanto para as potenciais vítimas desse fenômeno (SILVA, 2004).

Com o objetivo de atribuir “ordem e significado” às representações de violência presentes no contexto de uma cidade de porte médio, que, em princípio, pode apresentar características distintas das grandes metrópoles frequentemente analisadas no contexto da violência urbana, este estudo utiliza como referência empírica a cidade de Viçosa, situada na Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil, conforme será detalhado nos tópicos a seguir.

#### **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo tomou como referência empírica os jovens residentes na cidade de Viçosa e suas representações sobre a violência urbana, manifestadas por meio de roubos, homicídios e agressões físicas nas Regiões Urbanas de Planejamento da cidade. Além disso, foram analisados os fatores que contribuem para essas representações. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizaram-se dados primários e secundários. Em relação aos dados primários, foram utilizados dados provenientes da população-alvo do estudo: jovens residentes em diversas Regiões Urbanas de Planejamento da cidade. Para alcançar esse público e obter uma amostra representativa da população, a estratégia adotada consistiu na realização da pesquisa em escolas públicas e privadas situadas nas diferentes regiões da cidade, abrangendo diversas



classes econômicas, etnias, gêneros e faixas etárias. Os dados secundários foram obtidos nos boletins de ocorrência registrados na 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Viçosa, os quais contêm informações sobre homicídios, roubos e agressões físicas ocorridos entre os anos de 2013 e 2018.

A população do estudo foi composta por 3.305 alunos. A amostra foi calculada com base em uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%. Utilizando a fórmula de Miot (2011) e os parâmetros estabelecidos, estimou-se um tamanho amostral de 344 alunos. Como a amostra foi definida para conglomerados, o valor calculado foi aumentado em 50% para ajustar o tamanho amostral. Além disso, foi adicionado um acréscimo de 20% como precaução contra perdas ou recusas. Com base nessas considerações, o tamanho final da amostra foi estimado em 618 indivíduos.

Nas escolas, o processo para a realização da pesquisa foi dividido em duas etapas: na primeira, com base na lista de turmas e alunos, foi realizado um sorteio sem reposição para selecionar as turmas e, em seguida, os alunos que seriam convidados a participar da pesquisa. No dia da coleta de dados, foram entregues os Termos de Assentimento<sup>8</sup> aos responsáveis e os Termos de Consentimento<sup>9</sup> aos jovens, para que, caso concordassem em participar da pesquisa, assinassem os documentos.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário semiestruturado, composto por questões socioeconômicas que permitiram identificar os sujeitos dentro de um perfil específico. Isso facilitou a compreensão de comportamentos, opiniões e representações relacionados à violência, tema abordado na segunda parte do questionário. Nessa seção, as questões, tanto abertas quanto fechadas, foram formuladas de modo a possibilitar que os jovens entrevistados expressassem suas opiniões e estabelecessem associações de ideias sobre a violência urbana em Viçosa. Além disso, buscou-se identificar, entre outros aspectos, suas fontes de informação sobre a violência, as situações de violência que vivenciaram e suas representações acerca delas.

Os dados coletados foram tabulados e organizados em planilhas geradas no Microsoft Excel. Utilizando este software, foi realizada uma análise exploratória dos dados, permitindo a geração de gráficos, tabelas e mapas, os quais foram elaborados no QGIS, um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

As análises estatísticas foram realizadas utilizando o software R (R Development, 2024), com o auxílio dos pacotes MASS, rcompanion e coin. O teste qui-quadrado de Pearson foi empregado para verificar a existência de associação significativa entre pares de variáveis qualitativas em escala nominal. É

---

<sup>8</sup> De acordo com a Resolução CNS 466/2012, o Termo de Assentimento é destinado aos participantes da pesquisa que sejam crianças, adolescentes ou pessoas legalmente incapazes, e deve ser assinado pelo responsável legal.

<sup>9</sup> De acordo com a Resolução CNS 466/2012, o Termo de Consentimento é destinado aos participantes da pesquisa que sejam maiores de idade ou, quando menores de idade, possuam capacidade de se responsabilizar por si próprios.

importante destacar que, nos casos em que os pressupostos do teste não foram atendidos, o teste exato de Fisher foi aplicado.

Para avaliar a associação entre variáveis qualitativas com mais de duas classes em escala ordinal ou entre variáveis ordinais e nominais, utilizou-se o teste de qui-quadrado para associação e o teste de tendência linear (também denominado qui-quadrado para variáveis ordinais). Os testes consideraram as seguintes hipóteses: ausência de associação entre as variáveis (hipótese nula) e presença de associação entre as variáveis (hipótese alternativa). O nível de significância adotado foi de 5%. A hipótese nula foi rejeitada para p-valores inferiores a 0.05, indicando uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis.

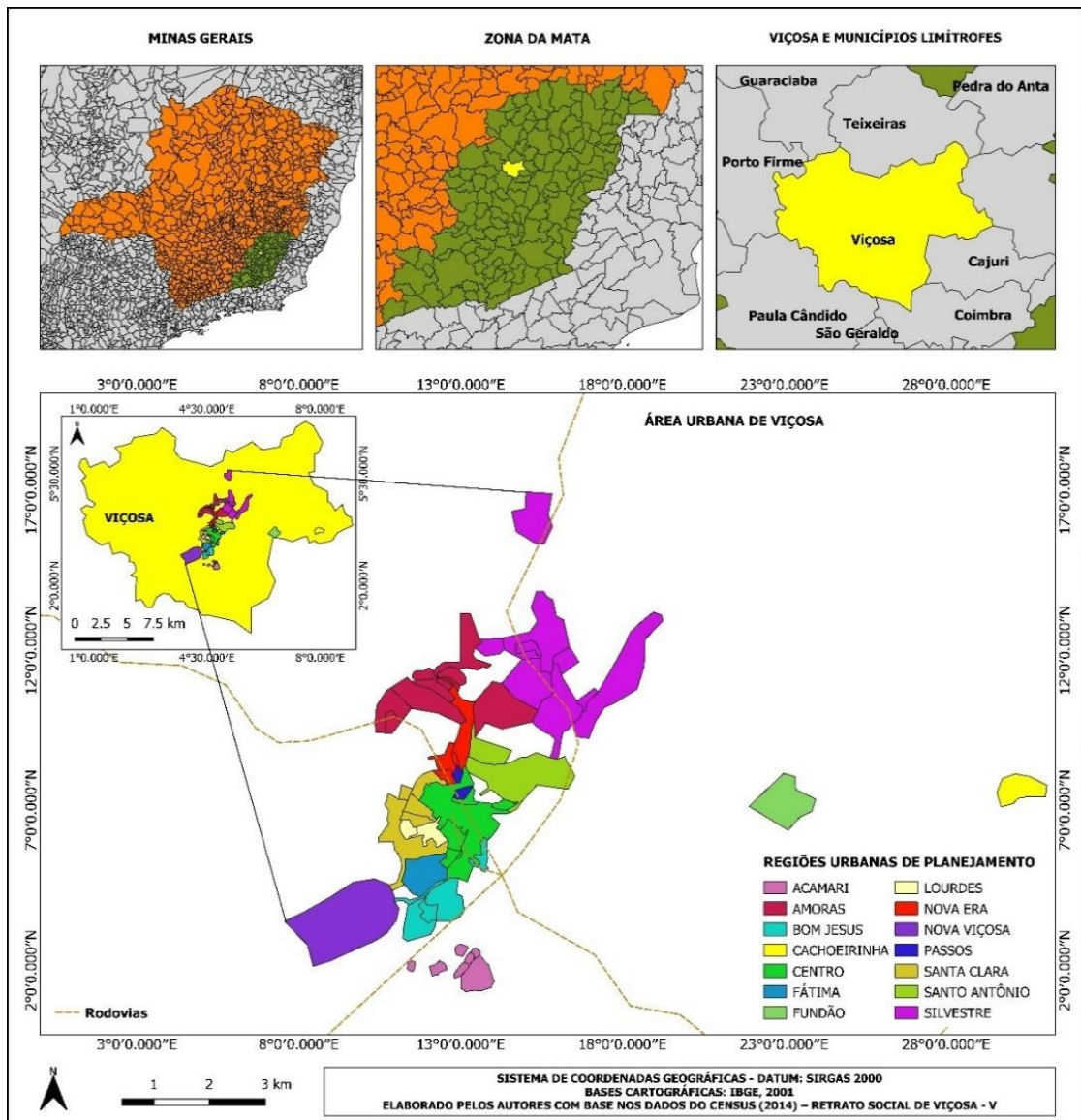
## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1. CARATERIZAÇÃO DO LOCAL DO ESTUDO**

Localizado na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, o município de Viçosa (Figura 1) tinha, em 2019, uma população estimada em 78.846 habitantes, predominantemente concentrada na área urbana (IBGE, 2019). A cidade é composta por quatro distritos: a sede, Silvestre, Cachoeira de Santa Cruz e São José do Triunfo, além de estar subdividida em 55 bairros.



Figura 1 – Localização do município de Viçosa no estado de Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2001), 2019.

De acordo com o Centro de Promoção de Desenvolvimento Sustentável (CENSUS) (2014), os bairros e distritos da cidade possuem características socioespaciais que possibilitam seu agrupamento em Regiões Urbanas de Planejamento<sup>10</sup> (RUPs). Como ilustrado na Figura 1, essas regiões incluem: Acamari,

<sup>10</sup> **10.** São RUP de Viçosa: **1 - Centro:** Compreende os bairros: Ramos, Clélia Bernardes, Belvedere e Centro. Este último é delimitado pelas ruas: Gomes Barbosa, Ladeira dos Operários, José Antônio Rodrigues, Rua dos Estudantes, Avenida P. H. Rolfs (da linha férrea até a esquina com a Avenida Castelo Branco), Avenida Marechal Castelo Branco, (até o trevo do Belvedere), Geninho Lentine, Dr. Milton Bandeira, Dona Gertrudes, Tenente Kümmel, Avenida Bueno Brandão e Floriano Peixoto. **2 - Acamari:** Inclui os bairros: Romão dos Reis, Rua Nova, Acamari, Vila Alves, Jardim do Vale, Quinta dos Guimarães, Monte Verde e Otávio Pacheco. **3 - Bom Jesus:**

Centro, Bom Jesus, Nova Viçosa, Fátima, Lourdes, Santa Clara, Passos, Santo Antônio, Nova Era, Amoras, Silvestre, Fundão e Cachoeirinha.

Considerada uma cidade de médio porte, Viçosa destaca-se por possuir características típicas de grandes centros urbanos, como trânsito intenso, elevada verticalização e aglomeração de pessoas no centro da cidade (PAULA, 2013). Além disso, se diferencia pela presença de importantes instituições de ensino, como a UFV (Universidade Federal de Viçosa) e a UNIVIÇOSA (União de Ensino Superior de Viçosa), que atraem um grande número de pessoas em busca de cursos de graduação e pós-graduação.

Por outro lado, a presença dessas instituições tem impulsionado o mercado imobiliário e o setor da construção civil, resultando na intensificação do uso do solo, no surgimento de novas áreas de comércio e serviços distantes do centro da cidade (BATELLA, 2017). Esse fenômeno tem promovido uma maior verticalização na RUP Centro (Figura 1), que é a região mais densamente povoada e com a maior infraestrutura e oferta de serviços da cidade. Ela se distingue das demais por abrigar a maior parte da população de renda média e alta. Ao se afastar do centro, encontram-se as RUPs Bom Jesus e Nova Viçosa, onde predominam populações de renda baixa e que enfrentam grandes desafios relacionados à infraestrutura e aos serviços urbanos.

A RUP Silvestre também vivencia um processo de verticalização, com lotes vagos que são objeto de especulação imobiliária. A região abriga moradores de diferentes faixas de renda, e a oferta de serviços e infraestrutura varia conforme os bairros que a compõem. No bairro Acamari, destaca-se o condomínio Acamari, ocupado predominantemente por moradores de maior poder aquisitivo. Nas proximidades, localizam-se bairros com escassez ou ausência de serviços públicos e infraestrutura, onde residem pessoas de renda mais baixa (BATELLA, 2017).

Com base nos dados do CENSUS (2014), foram identificadas algumas características importantes sobre a população das diferentes regiões, as quais estão representadas na Figura 2. A partir dessa figura, observa-se que a frequência escolar de indivíduos com 15 anos ou mais é mais baixa, ficando abaixo de

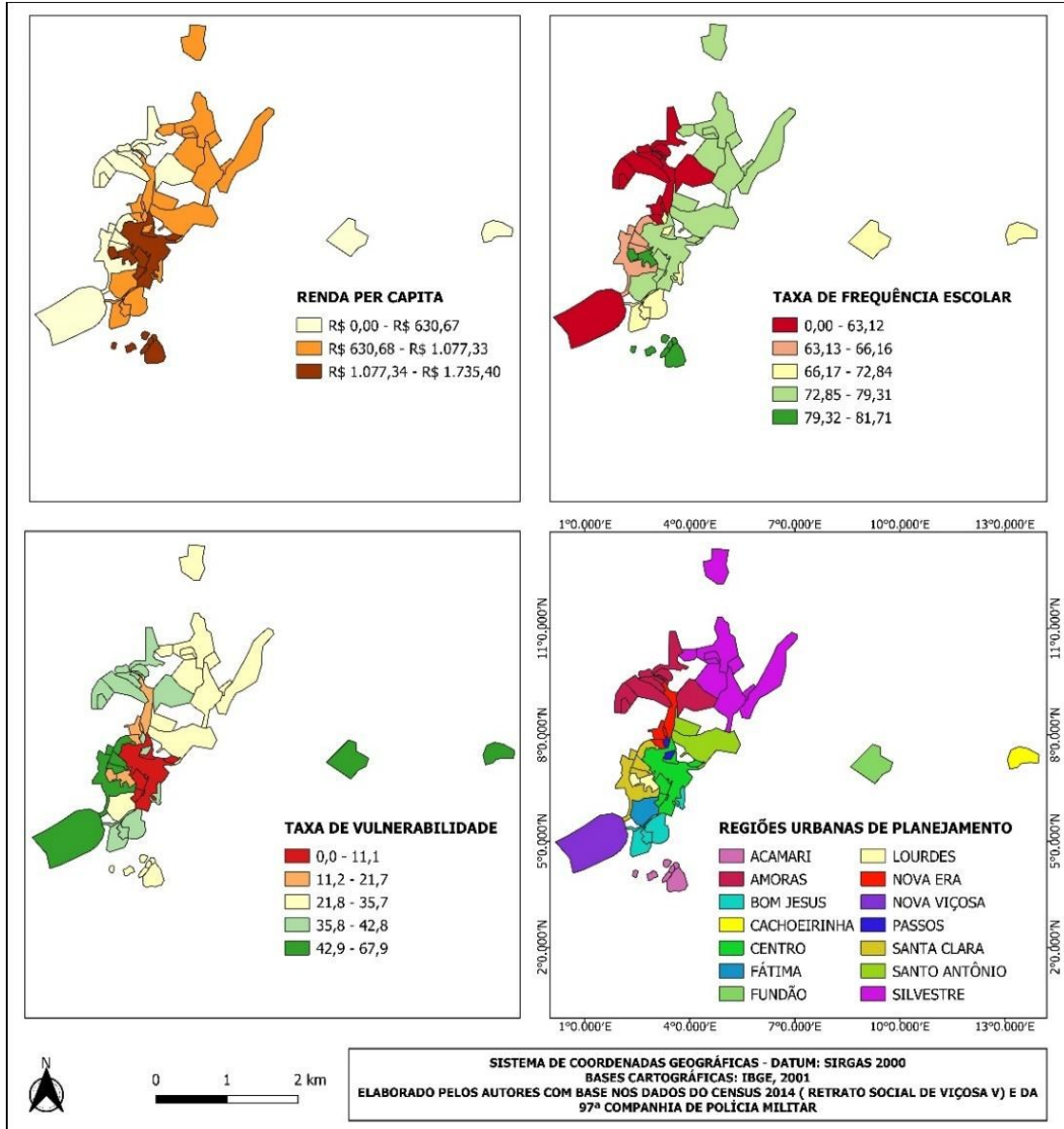
---

Abrange os bairros: Bom Jesus, Bela Vista, Sagrada Família, Estrelas e Conceição. **4 - Nova Viçosa:** Compreende os bairros: Nova Viçosa e Posses. **5 - Fátima:** Inclui exclusivamente o Bairro de Fátima. **6 - Lourdes:** Compreende os bairros: Betânia, Santa Clara (parte baixa, limitada pela Avenida JK até a rua Joaquim Andrade), Lourdes e Al. Fábio Ribeiro Gomes. **7 - Santa Clara:** Inclui os bairros: JK, Santa Clara (parte alta), Maria Eugênia, Coelhas e São Sebastião. **8 - Passos:** Abrange os bairros: FuadChequer, Sagrado Coração (Rebenta Rabicho) e a área limitada pela Rua dos Passos (do Hospital S.J. Batista até a esquina com a Dona Gertrudes), Rua Dr. Brito, Santana, Álvaro Gouveia e Dr. José N. Vaz de Melo. **9 - Santo Antônio:** Compreende os bairros: Julia Molar e Santo Antônio (do Belvedere até o trevo de Coimbra). **10 - Nova Era:** Inclui os bairros: Nova Era, Vale do Sol e União (Morro do Café). **11 - Amoras:** Abrange os bairros: Barrinha, Cidade Nova, Arduíno Bolívar (Amoras), Laranjal (São José), Boa Vista, Vau-Açu, Inácio Martins e Floresta. **12 - Silvestre:** Compreende os bairros: Liberdade, João Braz, Violeira, Recanto da Serra, Parque do Ipê, Inconfidentes, Silvestre e Novo Silvestre. **13 - Fundão:** Inclui exclusivamente o distrito de São José do Triunfo. **14 - Cachoeirinha:** Inclui exclusivamente o distrito de Cachoeira de Santa Cruz.



66,16%, nas regiões de Nova Viçosa, Amoras, Nova Era e Santa Clara. Em contrapartida, as maiores frequências, superiores a 72,84%, foram registradas nas regiões de Acamari, Lourdes, Centro, Fátima Silvestre e Santo Antônio.

**Figura 2** – Renda média familiar, taxa de frequência escolar de indivíduos com mais de 15 anos e taxa de vulnerabilidade por RUP – 2013.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do CENSUS (2014), 2019.

Esses dados corroboram as afirmações de Cavalcanti (2017), para quem o crescimento populacional da cidade não foi acompanhado por políticas públicas nas áreas de moradia, saúde e educação, essenciais para promover uma melhor qualidade de vida à população. Assim, diversos setores da cidade são densamente povoados e desorganizados socialmente, e a população é caracterizada por altos índices de pobreza, desemprego, baixa remuneração e níveis educacionais insuficientes. Essa



realidade "reduz as chances de aquisição e aprimoramento de recursos fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade, permitindo sua ascensão social" (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 33). Além disso, de acordo com Damasceno et al. (2024), fatores fiscais e socioeconômicos, como escolaridade e empregabilidade, influenciam as taxas de homicídios, de modo que quanto maior o nível educacional, menores são as chances de um indivíduo ser vítima de homicídio.

Dentro desse contexto, observa-se que as Regiões Urbanas de Planejamento apresentam diferenças significativas, tanto em relação à renda da população quanto aos auxílios sociais. A análise dos dados sobre a renda per capita das famílias nas RUPs, bem como sobre a incidência do Bolsa Família — benefício social destinado a famílias em situação de extrema pobreza ou pobreza — revela disparidades marcantes entre essas regiões. Como se pode verificar nos dados (Figura 2), as regiões com maior renda, ou seja, superiores a R\$ 1.077,33, coincidem com aquelas que apresentam o maior nível de escolaridade. Essas regiões são Acamari, Centro e Lourdes.

As menores rendas, inferiores a R\$ 630,68, foram registradas nas regiões de Nova Viçosa, Santa Clara, Amoras, Cachoeirinha e Fundão. Além disso, os dados indicam que a maior proporção de famílias em situação de vulnerabilidade, superior a 35,7%, está concentrada em algumas das regiões com as menores rendas, como Nova Viçosa, Santa Clara, Amoras, Bom Jesus, Cachoeirinha e Fundão.

## 5.2. A POPULAÇÃO DO ESTUDO: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

A pesquisa foi realizada com 618 jovens das Regiões Urbanas de Planejamento (RUPs) mencionadas anteriormente. Do total de entrevistados, 59% eram do sexo feminino e 41% masculino. Com exceção da região Fundão, onde 78% dos entrevistados eram homens, em todas as demais regiões, o percentual de mulheres superou o de homens. Em relação à cor, 56% dos 618 entrevistados se declararam negros ou pardos, 39% se identificaram como brancos, e 5% como indígenas ou orientais. Nas regiões Centro e Lourdes, a porcentagem de pessoas brancas foi de 70,64% e 81,82%, respectivamente, enquanto nas demais RUPs, o percentual de pessoas negras ou pardas foi superior ao de brancas.

Para definir melhor o perfil dos entrevistados, com ênfase na classe econômica, foram analisados o nível de escolaridade, a profissão e a renda dos responsáveis por eles. Os resultados mostraram que as pessoas com maior escolaridade (graduação ou pós-graduação) estavam concentradas na RUP Centro (39,32%), seguida por Santo Antônio (10,84%), Lourdes (8,98%), Silvestre (7,74%) e Bom Jesus (7,12%). As maiores taxas de pessoas sem instrução foram registradas nas regiões Santo Antônio (29,41%) e Bom Jesus (17,65%). Observou-se que nas regiões Centro, Acamari e Lourdes, o número de pessoas com ensino superior superou o de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental e médio.



Em relação às profissões dos responsáveis, verificou-se que as ocupações que exigem formação superior, como professor, médico, dentista, psicólogo, arquiteto, entre outras, foram as mais registradas nas regiões Centro (40%), Santo Antônio (11,58%), Acamari (8,95%) e Lourdes (8,42%). As profissões que exigem nível médio ou técnico, relacionadas a funções administrativas como assistente em administração, auxiliar administrativo e secretária, foram as mais frequentes nas regiões Centro (28,13%), Bom Jesus (9,38%), Santo Antônio e Santa Clara (8,33%). As profissões que não exigem escolaridade ou apenas o ensino fundamental, como vendedores de lojas e mercados, balconistas, pedreiros e empregadas domésticas, foram mais prevalentes nas regiões Bom Jesus (12,93%), Santo Antônio (12,75%), Amoras (11,67%), Centro (10,95%) e Nova Viçosa (10,77%).

A disparidade observada em relação ao nível de escolaridade nas regiões Acamari, Centro e Lourdes, com maior formação educacional, e nas outras regiões, com menores níveis de escolaridade, também se reflete nas profissões. Nas regiões com maior escolaridade, as maiores porcentagens de pessoas com profissões que exigem nível superior foram registradas.

Como reflexo da escolaridade e das profissões, observou-se que a maior parte das pessoas com renda superior a 10 salários mínimos (classes A e B, segundo o IBGE, 2016) estava concentrada nas regiões Centro (68,63%), Lourdes (11,76%), Acamari, Santo Antônio e Silvestre (3,92%). Por outro lado, as pessoas com renda inferior a dois salários mínimos (classe E, conforme o IBGE 2016) estavam predominantemente nas regiões Bom Jesus (15,58%), Nova Viçosa (15,08%), Amoras (13,07%), Santo Antônio (11,56%) e Silvestre (10,55%).

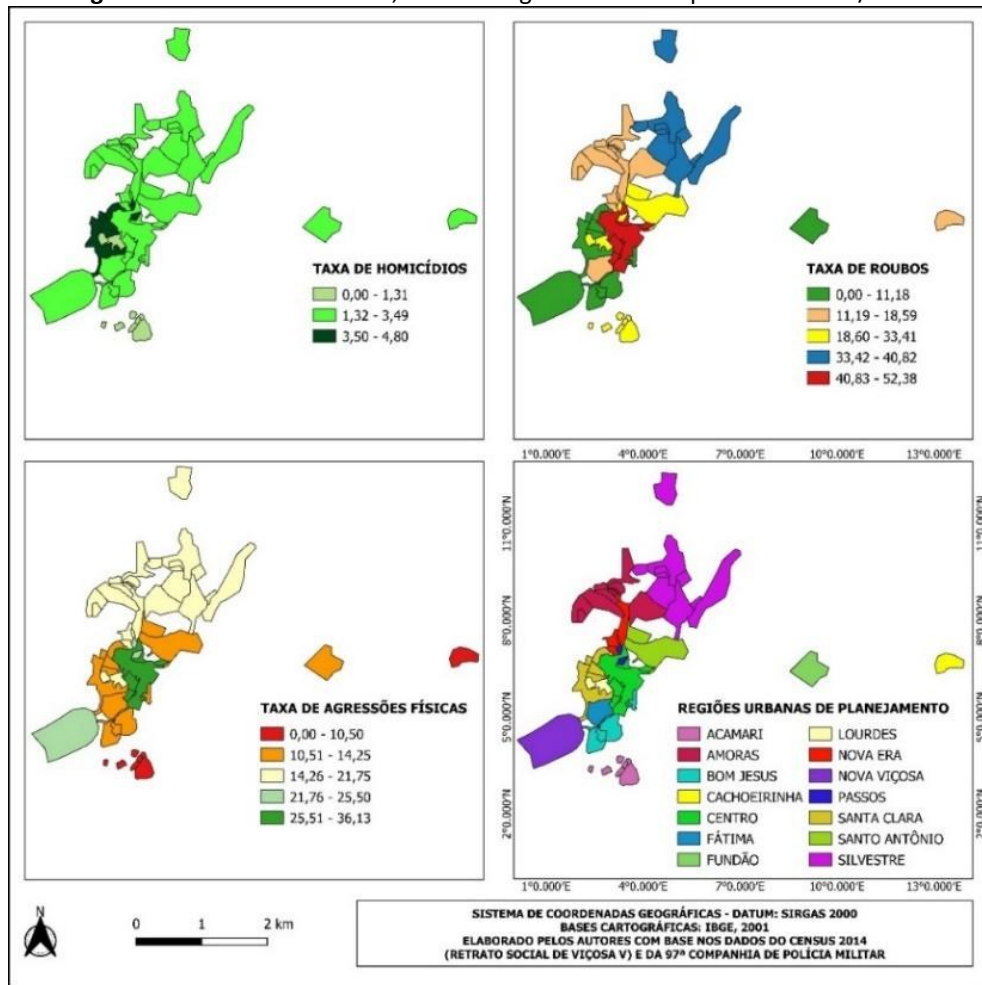
Em conclusão, os dados revelam diferenças significativas entre os jovens entrevistados, em termos de local de moradia, classe econômica, cor e sexo, sendo essas disparidades evidenciadas pelas RUPs em que residem. A violência urbana e sua representação também se destacam como outra diferenciação nas RUPs, como será abordada no próximo tópico, estando diretamente relacionadas às questões previamente apresentadas.

### **5.3. A VISÃO DOS JOVENS SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA NAS RUPS**

De acordo com os dados da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar, entre os anos de 2013 e 2018, foram registrados 2.694 casos de violência em Viçosa, distribuídos da seguinte forma: roubos (47,66%), agressões físicas (46,55%) e homicídios (5,79%). Como mostrado na Figura 3, a maior taxa de roubos, superior a 40,82%, ocorreu na região Centro, enquanto as menores taxas, inferiores a 11,19%, foram observadas nas regiões de Bom Jesus, Nova Viçosa, Santa Clara e Fundão.



**Figura 3 – Taxa de homicídios, roubos e agressões físicas por RUP – 2013/2018.**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados dos Boletins de ocorrência da 97ª Companhia Especial de Polícia Militar de Minas Gerais e do SENSUS (2014), 2019.

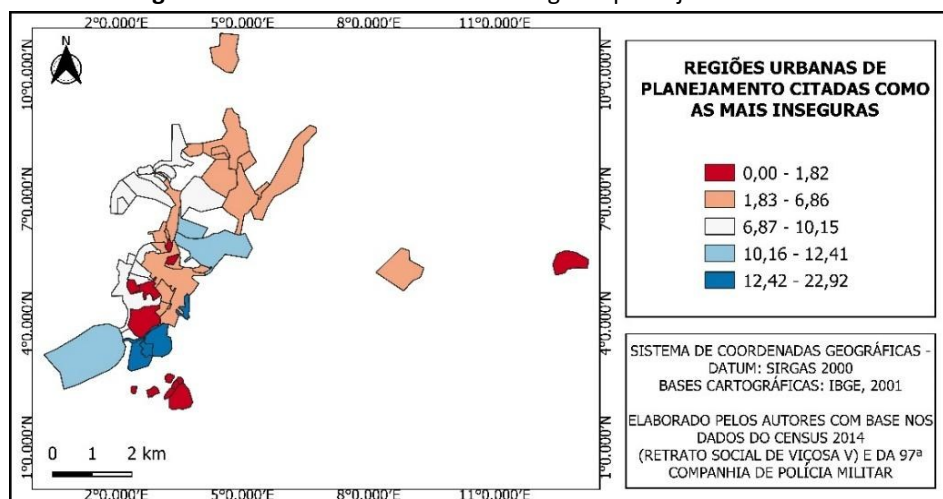
Em relação aos homicídios, as taxas mais altas, superiores a 3,49%, foram registradas nas regiões de Passos e Santa Clara. Por outro lado, as menores taxas, inferiores a 1,32%, foram observadas nas regiões de Lourdes e Acamari. Quanto às agressões físicas, a região Centro apresentou as maiores taxas, acima de 25,5%, enquanto as menores taxas, abaixo de 10,5%, foram identificadas nas regiões de Acamari e Cachoeirinha.

Essas informações corroboram as afirmações de Cano (1998), que argumenta que o tipo de violência varia conforme as regiões. Em regiões de maior renda, os roubos são mais frequentes, enquanto os homicídios tendem a se concentrar em áreas mais pobres. Por outro lado, as agressões físicas não seguem um padrão claramente definido.

Para compreender a representação social que os jovens tinham sobre as regiões mais seguras e mais inseguras da cidade, em função da violência vivenciada, foi solicitado que listassem cinco áreas consideradas seguras e cinco inseguras. Com base nas análises realizadas (Figura 4), a região identificada

como a mais insegura foi a Bom Jesus, mencionada em 12,41% dos casos. Em seguida, as regiões Nova Viçosa e Santo Antônio, com 10,16% e 12,41% dos casos, respectivamente. Como foi destacado anteriormente, todas essas áreas enfrentam problemas relacionados à infraestrutura, serviços, equipamentos públicos, além de apresentarem as menores rendas e um elevado percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade.

**Figura 4 – RUP mais citadas como inseguras pelos jovens – 2019.**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo (2018), 2019.

Embora a região de Bom Jesus tenha sido considerada, na percepção dos jovens, como a mais insegura, os dados coletados na 97ª Companhia Especial de Polícia Militar, relativos às ocorrências de homicídios, agressões físicas e roubos, contradizem essa visão. Os números mostram que essa região não é a mais violenta para nenhum dos tipos de violência mencionados. Isso sugere que outros fatores, como a mídia, comentários de terceiros e outras influências externas, contribuem para a construção da percepção dos jovens sobre a segurança dessa área.

Para Barros e Moraes (2024), além da mídia, as interações sociais e os contextos comunitários desempenham um papel essencial na construção das representações sociais da violência urbana. Com base nas experiências compartilhadas, nas normas culturais e nas dinâmicas de poder, as próprias comunidades constroem seus entendimentos e narrativas sobre o fenômeno. Assim, as representações sociais da violência são moldadas de acordo com o contexto e a realidade específica de cada grupo.

Corroborando com o autor citado, Ribeiro e Platero (2017) afirmam que a construção da percepção de determinados espaços como áreas de perigo ocorre quando tais locais são definidos como "perigosos" pelos indivíduos. Nesse processo, não apenas o espaço é classificado dessa forma, mas também as pessoas que nele residem ou circulam. Por trás dessa classificação, existe uma hierarquização

social, que afeta tanto os lugares quanto as pessoas, as quais passam a ser vistas como inferiores às de outras localidades e com diferentes inserções sociais.

Nesse sentido, segundo Ribeiro e Platero (2017, p. 16), os discursos construídos acerca da violência:

Acabam fazendo com que diversas representações sejam construídas sobre aqueles lugares por pessoas que nem sequer sabem onde eles se localizam. Mantém-se a ideia de que não apenas o lugar é perigoso, mas as pessoas que frequentam estes lugares são potencialmente perigosas.

Ao analisar as percepções dos jovens sobre a violência nas diferentes regiões urbanas de planejamento, observa-se que, de maneira geral, a região Bom Jesus é considerada a mais insegura. Essa percepção é a mais prevalente entre os jovens das regiões Nova Viçosa (30,48%), Fátima (27,5%) e da própria região Bom Jesus (27,04%). Os jovens das regiões Nova Viçosa e Fátima, que indicaram Bom Jesus como a mais insegura, residem em áreas próximas a ela. No caso dos jovens de Nova Viçosa, a região onde vivem também enfrenta problemas de infraestrutura, alta vulnerabilidade social e uma elevada concentração de famílias com baixa renda. Em relação à região Fátima, a situação é relativamente melhor, tanto do ponto de vista estrutural quanto no que diz respeito à renda das famílias.

Em comparação com outras regiões, observa-se uma discordância entre os jovens quanto ao nível de insegurança que percebem. Para os residentes nas áreas da cidade com maior infraestrutura, serviços e índices elevados de escolaridade e renda, como Centro, Lourdes e Acamari, a região Centro é classificada como a segunda mais insegura, logo após a região Bom Jesus, considerada a mais insegura. De acordo com os relatos dos jovens que vivem na região Lourdes, o Centro foi mencionado em 20,75% dos casos, enquanto para os jovens da região Centro, essa mesma área foi citada em 12,04% das vezes. Por outro lado, para os jovens residentes na região Acamari, a região Santo Antônio é a segunda mais insegura, mencionada por 18% deles.

No que tange os jovens residentes em outras regiões, onde foram observadas as menores rendas, como nas regiões de Bom Jesus, Nova Viçosa, Amoras e Santo Antônio, os dados indicam as seguintes percepções de insegurança. Para os jovens da região Bom Jesus, Nova Viçosa é considerada a segunda mais insegura, mencionada em 16,35% dos casos. Já para os jovens da RUP Nova Viçosa, a região de Santa Clara é a mais citada, com 17,14%. Na região de Amoras, a própria região é a mais insegura, citada por 17,7% dos jovens. Por fim, para os residentes de Santo Antônio, esta mesma região é apontada como a mais insegura, com 16,67% das menções.

Esses dados corroboram as conclusões de Abramovay e Pinheiro (2003), que afirmam que a percepção da violência e, conseqüentemente, o medo, variam conforme a classe social do indivíduo.

Nesse sentido, pessoas de baixa renda que residem em áreas consideradas inseguras tendem a ter uma visão da violência distinta daquelas de maior poder aquisitivo, que vivem em locais mais seguros.

Neste sentido, ao investigar as razões que levaram os jovens a considerar essas RUPs inseguras (Tabela 1), observou-se que a “associação da violência à mídia” e a “falta de policiamento” foram fatores que se destacaram em relação aos outros.

Entre todos os fatores, a falta de policiamento foi apontada como a questão mais importante pelos jovens das diferentes regiões: Bom Jesus (22,12%), Cachoeirinha (19,23%), Nova Viçosa (23,66%), Passos (26,56%) e Santo Antônio (22,12%). Observa-se, pelos dados, que os jovens das regiões mais empobrecidas, com índices médios ou elevados de homicídios, são os que mais frequentemente identificam a falta de policiamento como o principal problema da região.

**Tabela 1** – Fatores que contribuem para a percepção de insegurança nos bairros, segundo os jovens entrevistados, por Região Urbana de Planejamento – 2019.

Região Urbana de Planejamento	Elementos para o bairro ser considerado inseguro							Total
	Falta de Policiamento	Iluminação em falta ou inadequada	Tipo de pessoa que reside	Associação de violência pela mídia	Reputação do bairro	Aspecto do bairro	Informação de pessoas	
	%	%	%	%	%	%	%	
Acamari	<b>22,22</b>	11,11	14,81	<b>27,78</b>	<b>18,52</b>	1,85	3,70	100
Amoras	<b>20,53</b>	8,61	15,89	<b>25,83</b>	15,23	4,64	9,27	100
Bom Jesus	<b>22,12</b>	13,94	14,90	<b>21,63</b>	13,46	6,73	7,21	100
Cachoeirinha	<b>19,23</b>	7,69	19,23	<b>19,23</b>	15,38	0,00	<b>19,23</b>	100
Centro	<b>17,95</b>	16,67	9,94	<b>24,36</b>	15,71	3,53	11,86	100
Fátima	<b>21,67</b>	13,33	11,67	<b>30,00</b>	<b>18,33</b>	5,00	0,00	100
Fundão	<b>22,77</b>	8,91	16,83	<b>26,73</b>	15,84	1,98	6,93	100
Lourdes	<b>17,39</b>	18,84	10,14	<b>18,84</b>	17,39	7,25	10,14	100
Nova Era	<b>21,18</b>	16,47	18,82	<b>21,18</b>	16,47	2,35	3,53	100
Nova Viçosa	<b>23,66</b>	12,21	16,03	<b>21,37</b>	12,98	6,87	6,87	100
Passos	<b>26,56</b>	15,63	12,50	<b>25,00</b>	10,94	4,69	4,69	100
Santo Antônio	<b>22,16</b>	16,76	16,22	<b>21,62</b>	14,05	2,70	6,49	100
Santa Clara	<b>20,00</b>	15,00	14,17	<b>20,83</b>	<b>18,33</b>	1,67	10,00	100
Silvestre	<b>20,83</b>	12,50	15,97	<b>25,69</b>	13,19	3,47	8,33	100

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo (2018), 2019.

Segundo Rolim (2016), a compreensão da sociedade sobre a resolução da violência por meio do policiamento e repressão resulta de um processo histórico no Brasil, marcado por ações do Estado contra transgressores, foragidos ou suspeitos, frequentemente executadas com violência brutal e métodos de extermínio. Essas práticas não ocorreram apenas em períodos de guerra ou durante o enfrentamento de revoltas, mas se estendem ao longo da história. Mais de dois séculos depois, a percepção comum no Brasil ainda sustenta que a forma de combater a impunidade — ou seja, os delitos ligados à marginalização

social — é por meio da aplicação de penas mais severas. Esse fato revela uma tendência entre os brasileiros para aceitar ações violentas, exacerbada pela ausência de políticas públicas eficazes.

Na perspectiva de Sodré e Batista de Deus (2020), embora a mídia transmita a ideia de que qualquer pessoa pode ser vítima de um crime em qualquer local da cidade e que esse risco aumenta ao longo do dia, ela acaba por espacializar a cidade, apresentando áreas consideradas seguras e inseguras. Nesse sentido, as afirmações dos autores são corroboradas por Nascimento, Barbosa e Carneiro (2024), que destacam que, além de as reportagens muitas vezes não fornecerem informações completas e claras sobre a violência urbana, muitas delas se limitam a relatos desprovidos de uma postura crítica e analítica, acabando por legitimar a violência perpetuada pelas estruturas sociais.

Ao analisar a percepção dos jovens sobre a mídia, observou-se que, para os residentes de regiões de maior renda, a mídia contribui para a representação de determinadas áreas como inseguras. Essa percepção foi observada entre os jovens das regiões de Acamari (27,78%), Centro (24,36%) e Lourdes (18,84%). No entanto, jovens de algumas regiões de renda mais baixa, como Amoras (25,83%), Fátima (30%), Fundão (26,73%), Nova Era (21,18%), Passos (25%) e Silvestre (25,69%), também compartilharam dessa opinião. Nesse ponto, as discussões de Michaud (1989) sobre a influência da mídia na vida da população corroboram os dados obtidos.

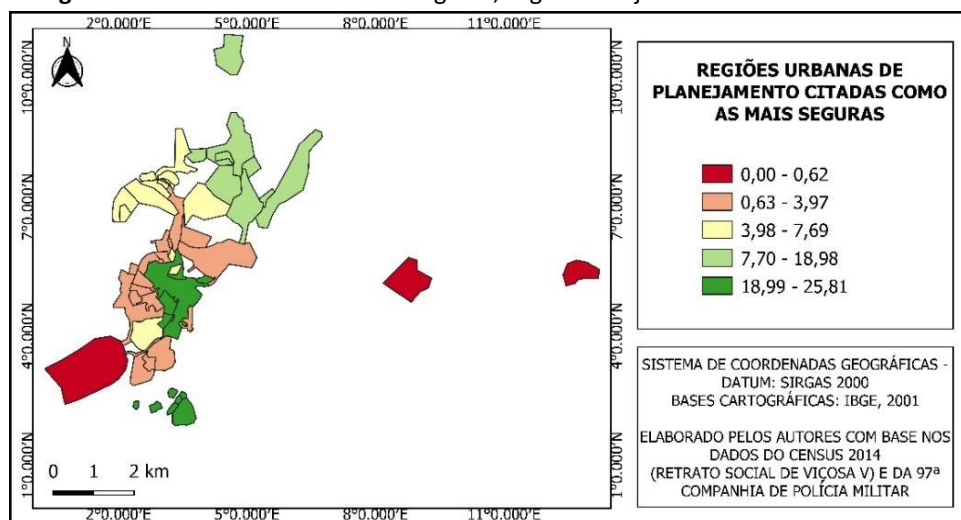
Para o autor citado, a relação dos indivíduos com os acontecimentos e os fatos se estabelece tanto por meio das experiências diretas que vivenciam quanto pelos testemunhos e evidências indiretas que recebem. Devido à influência da mídia, o que mais impacta esses jovens não são as experiências de violência que vivenciaram pessoalmente, mas o que delas se sabe ou o que se imagina. Nesse contexto, poucas pessoas que percebem o aumento da insegurança foram vítimas diretas de violência; muitas, na verdade, "ouviram falar" de episódios violentos ocorridos em determinados lugares.

Os dados apresentados corroboram as observações de Fernandes e Jesus (2020), que, em uma pesquisa realizada em uma cidade de pequeno porte no estado do Paraná, identificaram que, mesmo os indivíduos que não haviam sido vítimas de violência, sentiam-se inseguros na cidade. Parte dessa sensação de insegurança era atribuída às informações veiculadas pela mídia. Assim, segundo os autores, a atuação da mídia contribui para a amplificação e disseminação da violência, resultando no aumento da sensação de insegurança, tanto em áreas próximas quanto em locais distantes.

Em relação às regiões mais seguras (Figura 5), as que foram mencionadas em mais de 7,7% dos casos analisados incluem as regiões Centro, Acamari e Silvestre. No entanto, observa-se que essas áreas se destacam pela segurança em relação aos homicídios, mas não em relação a outros tipos de violência, como o roubo e as agressões físicas. A região Centro, por exemplo, apresenta uma incidência considerada alta desses delitos, com o maior número de registros.



**Figura 5 – RUP mais citadas como seguras, segundo os jovens entrevistados – 2019.**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo (2018), 2019.

Ao analisar as percepções dos jovens de diferentes regiões sobre a violência, observa-se que, nas regiões mais seguras, não há consenso em relação a essa questão. No entanto, para os jovens das regiões Centro, Acamari e Lourdes — áreas de maior renda —, as regiões Centro e Acamari são identificadas como as mais seguras. Os jovens da região Acamari citaram a região Centro em 50% das respostas, enquanto a região Acamari foi mencionada em 14,71%. Já os jovens da região Centro mencionaram a própria região Centro em 46,84% dos casos e a região Acamari em 25,61%. Por fim, os jovens da região Lourdes destacaram a região Centro em 41,18% das respostas e a região Acamari em 29,41%.

Nos jovens das regiões de Bom Jesus, Nova Viçosa, Amoras e Santo Antônio, áreas de menor renda, onde predominam as classes D e E, as regiões mais seguras para os jovens de Bom Jesus foram a região Centro, mencionada por 25,61% dos entrevistados, e a região Acamari, citada por 20,73%. Para os jovens de Nova Viçosa, a região Acamari foi indicada por 20,34% dos casos, seguida pela região Silvestre, mencionada em 16,95%. Já para os jovens da região Santo Antônio, a região Silvestre foi considerada a mais segura por 24,47% dos entrevistados, ficando em segundo lugar a região Acamari, com 23,4%. Por fim, os jovens da região Amoras apontaram a própria região Amoras como a mais segura, com 30% das menções, seguida pela região Silvestre, citada em 24,29% dos casos.

De maneira geral, observa-se que, para os jovens, as regiões mais seguras são aquelas mais estruturadas e centrais, enquanto as menos seguras correspondem às áreas periféricas. De acordo com Ferreira Junior e Costa (2016), a representação do ambiente urbano como perigoso e das periferias como inseguras, empobrecidas e com urbanização precária está intimamente relacionada à atuação da mídia, que propaga essa imagem tanto local quanto nacionalmente.

No entanto, para os autores, essas representações estão intimamente ligadas ao processo histórico de urbanização no Brasil, marcado pela dicotomia entre centro e periferia. O centro é retratado como um espaço urbanizado, civilizado e organizado, enquanto as periferias são vistas como áreas de precariedade, incivilidade e desorganização, associadas a riscos à segurança dos habitantes das regiões centrais. Nesses contextos periféricos, práticas como a ação violenta da polícia e as narrativas midiáticas emergem como exemplos que corroboram essa representação.

Quando questionados sobre as razões que os levam a considerar essas regiões seguras (Tabela 2), o fator que mais se destacou entre os entrevistados foi “as informações fornecidas pelas pessoas”. Esse aspecto foi considerado o mais importante tanto pelos jovens que residem nas áreas mais estruturadas da cidade quanto por aqueles que vivem em regiões mais carentes.

**Tabela 2** – Elementos que contribuem para que o bairro seja considerado seguro, na visão dos jovens entrevistados, por Região Urbana de Planejamento – 2019.

Região Urbana de Planejamento	Elementos para a representação de segurança das RUPs					Total
	Constante Policiamento	Informações dos meios de Comunicação	Movimento constante de pessoas	Informações de pessoas	Informações da polícia	
	%	%	%	%	%	%
<b>Acamari</b>	8,82	8,82	20,59	<b>38,24</b>	23,53	100
<b>Amoras</b>	22,89	7,23	25,30	<b>27,71</b>	16,87	100
<b>Bom Jesus</b>	<b>24,75</b>	10,89	22,77	21,78	19,80	100
<b>Cachoeirinha</b>	28,57	0,00	14,29	<b>42,86</b>	14,29	100
<b>Centro</b>	15,38	4,14	28,40	<b>28,99</b>	23,08	100
<b>Fátima</b>	18,52	11,11	18,52	<b>29,63</b>	22,22	100
<b>Fundão</b>	14,71	8,82	26,47	<b>29,41</b>	20,59	100
<b>Lourdes</b>	20,00	5,71	28,57	<b>28,57</b>	17,14	100
<b>Nova Era</b>	23,40	6,38	21,28	23,40	<b>25,53</b>	100
<b>Nova Viçosa</b>	15,79	8,77	28,07	<b>33,33</b>	14,04	100
<b>Passos</b>	15,38	11,54	<b>38,46</b>	26,92	7,69	100
<b>Santo Antônio</b>	14,29	11,43	27,62	<b>28,57</b>	18,10	100
<b>Santa Clara</b>	<b>23,53</b>	7,84	25,49	19,61	<b>23,53</b>	100
<b>Silvestre</b>	13,25	8,43	21,69	<b>31,33</b>	25,30	100

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo (2018).

Essa percepção foi observada entre os jovens das seguintes regiões: Acamari (38,24%), Cachoeirinha (42,86%), Centro (28,99%), Fátima (29,63%), Fundão (29,41%), Lourdes (28,47%), Nova Viçosa (33,33%), Santo Antônio (28,57%) e Silvestre (31,33%). Por outro lado, as informações fornecidas pela polícia foram destacadas pelos jovens das regiões Nova Era (25,30%), Silvestre (25,53%), Santa Clara (23,53%), Acamari (23,53%) e Fátima (22,22%).

O policiamento constante foi identificado como um fator importante para 24,75% dos jovens da região de Bom Jesus e para 23,53% dos jovens da região de Santa Clara. Para 38,46% dos jovens da região

de Passos (onde foi identificado o maior número de homicídios), o movimento constante de pessoas é o fator determinante para a sensação de segurança na área. Observa-se que, novamente, são os jovens das regiões mais vulneráveis, com maior incidência de homicídios, que, em comparação com as áreas de maior renda, indicam com mais frequência o policiamento constante como o elemento que mais contribui para a percepção de segurança.

De acordo com Crowl e Battin (2016), a forma como a polícia é representada é um aspecto fundamental no debate sobre violência, pois a satisfação com a aplicação da lei é amplamente influenciada pela experiência da população com as forças policiais. Quando a relação entre a polícia e a população é fragmentada, isso tende a gerar desconfiança e reduzir a cooperação da população, resultando em um efeito negativo sobre a confiança na polícia e, por consequência, sobre os níveis de criminalidade.

Portanto, uma maior confiança na polícia pode reduzir a percepção de risco de vitimização e vice-versa. Nesse contexto, ao analisar a confiança na polícia e o grau de satisfação com o policiamento entre os jovens das RUPs (Tabela 3), verificou-se, por meio do teste qui-quadrado, que existem diferenças significativas ( $p$  valor  $< 0,05$ ) entre os jovens das diferentes regiões.

Os dados indicam que as melhores avaliações sobre o policiamento em Viçosa foram feitas pelos jovens das regiões de maior renda e infraestrutura. Segundo as informações, a polícia é considerada confiável pelos jovens das regiões Acamari (71,4%), Lourdes (66,7%) e Fátima (61,5%). Entre os que acreditam que a polícia é  *muito*  confiável, os dados revelam que os jovens dessas mesmas regiões têm esse entendimento, destacando-se 25% na região Centro, 16,7% em Lourdes, 15,4% em Fátima e 14,3% em Acamari.

**Tabela 3** – Associação entre a Região Urbana de Planejamento do entrevistado e a confiança na polícia – 2019.

Região Urbana de Planejamento	Confiança na polícia				
	Não confiável	Pouco confiável	Confiável	Muito confiável	Extremamente Confiável
<b>Acamari</b>	0(0)	2(14,3)	<b>10(71,4)</b>	<b>2(14,3)</b>	0(0)
<b>Amoras</b>	<b>6(12,5)</b>	22(45,8)	18(37,5)	2(4,2)	0(0)
<b>Bom Jesus</b>	<b>7(13,7)</b>	23(45,1)	15(29,4)	5(9,8)	1(2)
<b>Cachoeirinha</b>	0(0)	<b>6(66,7)</b>	3(33,3)	0(0)	0(0)
<b>Centro</b>	4(4,5)	20(22,7)	40(45,5)	<b>22(25,0)</b>	2(2,3)
<b>Fátima</b>	0(0)	2(15,4)	8(61,5)	<b>2(15,4)</b>	1(7,7)
<b>Fundão</b>	1(3,7)	10(37)	15(55,6)	0(0)	1(3,7)
<b>Lourdes</b>	0(0)	2(11,1)	<b>12(66,7)</b>	<b>3(16,7)</b>	1(5,5)
<b>Nova Era</b>	2(10,5)	<b>10(52,6)</b>	6(31,6)	0(0)	1(5,3)
<b>Nova Viçosa</b>	<b>12(36,4)</b>	15(45,5)	6(18,1)	0(0)	0(0)
<b>Passos</b>	1(5,6)	8(44,4)	7(38,9)	2(11,1)	0(0)
<b>Santa Clara</b>	<b>3(14,3)</b>	<b>11(52,3)</b>	6(28,6)	0(0)	1(4,8)
<b>Santo Antônio</b>	<b>7(14,6)</b>	15(31,3)	19(39,6)	4(8,3)	3(6,3)
<b>Silvestre</b>	3(7,3)	15(36,6)	21(51,2)	1(2,4)	1(6,3)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo (2018).

Por outro lado, a falta de confiança na polícia prevalece entre os jovens das regiões de menor renda: Nova Viçosa (36,4%), Santo Antônio (14,6%), Santa Clara (14,3%), Bom Jesus (13,7%) e Amoras (12,5%). Dentre os jovens que apontaram pouca confiança na polícia, destacam-se aqueles das regiões de Cachoeirinha (66,7%), Nova Era (52,6%) e Santa Clara (52,3%) – áreas de menor poder aquisitivo, cujos moradores, como afirma Cardia (2003, p. 314), têm uma visão diferenciada da polícia: Para os menos expostos à violência, a polícia é vista como “ágil no atendimento aos chamados, capaz de manter as ruas tranquilas, oferecer assistência às vítimas e ser educada no trato com as pessoas”. Já para os mais expostos, a percepção é diferente: “a polícia é frequentemente considerada rude ao abordar a população, incapaz de manter a tranquilidade nas ruas, e muitas vezes é vista como tendo medo dos traficantes, sendo subornada por eles, protegendo o tráfico ou utilizando força excessiva durante abordagens a jovens”.

Essas experiências, associadas à imagem que se tem da polícia, geram descrença na segurança pública e nas leis, fazendo com que poucos acreditem ser possível convencer o delegado a investigar um caso de violência. Ao analisar os fatores que justificam a confiança ou a falta de confiança no policiamento, a análise por qui-quadrado revelou diferenças significativas (valor de  $p < 0,05$ ) nas percepções de que a polícia aborda apenas os pobres, age violentamente e é preconceituosa (Tabela 4).

A região de Nova Viçosa destacou-se, com 39,4% dos jovens concordando com a afirmação de que a polícia atua violentamente. Por outro lado, nas regiões onde os jovens discordaram dessa afirmação, as maiores porcentagens de discordância ocorreram em Lourdes (94,4%) e Centro

(95,5%). **Tabela 4** – Associação entre a Região Urbana de Planejamento e a percepção dos entrevistados quanto à polícia – 2019.

RUP DO ENTEVISTADO	Acamari	Amoras	Bom Jesus	Cachoeirinha	Centro	Fátima	Fundão
<b>Cumpre a função</b>							
Não	9(64,3)	36(75)	40(78,4)	7(77,7)	53(60,2)	5(38,5)	16(59,3)
Sim	5(35,7)	12(25)	11(21,6)	2(22,3)	35(39,8)	8(61,5)	11(40,7)
<b>Excelente trabalho</b>							
Não	13(92,9)	44(91,2)	46(90,2)	9(100)	80(90,9)	13(100)	24(88,9)
Sim	1(7,1)	4(8,3)	5(9,8)	0(0)	8(9,1)	0(0)	3(11,1)
<b>Pouco valorizado</b>							
Não	8(57,1)	37(77,1)	39(76,5)	8(88,9)	54(61,4)	9(69,2)	20(74,1)
Sim	6(42,9)	11(22,9)	12(23,9)	1(11,1)	34(38,6)	4(30,8)	7(25,9)
<b>Aborda pobres</b>							
Não	10(71,4)	28(58,3)	31(60,8)	6(66,7)	<b>71(80,7)</b>	11(84,6)	20(74,1)
Sim	4(28,6)	<b>20(41,7)</b>	<b>20(39,2)</b>	3(33,3)	17(19,3)	2(15,4)	7(25,9)
<b>Atua violentamente</b>							
Não	11(78,6)	31(64,6)	37(72,5)	6(66,7)	<b>84(95,5)</b>	11(84,6)	21(77,8)
Sim	3(21,4)	17(35,4)	14(27,5)	3(33,3)	4(4,5)	2(15,4)	6(22,2)
<b>Preconceituosa</b>							
Não	<b>13(92,9)</b>	34(70,8)	32(62,7)	5(55,6)	78(88,6)	<b>13(100)</b>	23(85,2)
Sim	1(7,1)	14(29,2)	<b>19(37,3)</b>	<b>4(44,4)</b>	10(11,4)	0(0)	4(14,8)
<b>Medo</b>							
Não	10(71,4)	28(58,3)	31(60,8)	6(66,7)	71(80,7)	11(84,6)	20(74,1)
Sim	12(85,7)	42(87,5)	49(96,1)	9(100)	82(93,2)	12(92,3)	26(96,3)
Sim	2(14,3)	6(12,5)	2(3,9)	0(0)	6(6,8)	1(7,7)	1(3,7)
<b>Sem empenho</b>							
Não	10(71,4)	34(89,5)	35(68,6)	5(55,6)	67(76,1)	12(92,3)	17(63)
Sim	4(28,6)	4(10,5)	16(31,4)	4(44,4)	21(23,9)	1(7,7)	10(37)

RUP DO ENTEVISTADO	Nova Era	Nova Viçosa	Passos	Santa Clara	Santo Antônio	Silvestre	p-valor
<b>Cumpre a função</b>							
Não	12(66,7)	12(63,2)	28(84,8)	12(66,7)	14(66,7)	31(64,6)	28(68,3)
Sim	6(33,3)	7(36,8)	5(15,2)	6(33,3)	7(33,3)	17(35,4)	13(31,7)
<b>Excelente trabalho</b>							
Não	17(94,4)	18(94,7)	31(93,9)	16(88,9)	21(95,5)	43(89,6)	36(87,8)
Sim	1(5,6)	1(5,3)	2(6,1)	2(11,1)	1(4,5)	5(10,4)	5(12,2)
<b>Pouco valorizado</b>							
Não	10(55,6)	12(63,2)	27(81,8)	16(88,8)	16(76,2)	32(66,7)	26(63,4)
Sim	8(44,4)	7(36,8)	6(18,2)	2(11,1)	5(23,8)	16(33,3)	15(36,6)
<b>Aborda pobres</b>							
Não	<b>15(83,3)</b>	15(78,9)	20(60,6)	<b>17(94,4)</b>	13(61,9)	34(70,8)	26(63,4)
Sim	3(16,7)	4(21,1)	<b>13(39,4)</b>	1(5,6)	<b>8(38,1)</b>	14(29,2)	<b>15(36,6)</b>
<b>Atua violentamente</b>							
Não	<b>17(94,4)</b>	16(84,2)	20(60,6)	12(66,7)	14(66,7)	35(72,9)	36(87,8)
Sim	1(5,5)	3(15,8)	<b>13(39,4)</b>	6(33,3)	7(33,3)	13(27,1)	5(12,2)
<b>Preconceituosa</b>							
Não	15(83,3)	13(68,4)	21(63,6)	12(66,7)	15(71,4)	35(72,9)	29(70,7)
Sim	3(16,7)	6(31,6)	<b>12(36,4)</b>	6(33,3)	6(28,6)	13(27,1)	12(29,3)
<b>Medo</b>							
Não	15(83,3)	15(78,9)	20(60,6)	17(94,4)	13(61,9)	34(70,8)	26(63,4)
Sim	16(88,9)	17(89,5)	27(81,8)	16(88,9)	17(81)	46(95,8)	34(82,9)
Sim	2(11,1)	2(10,5)	6(18,2)	2(11,1)	4(19)	2(4,2)	7(17,1)
<b>Sem empenho</b>							
Não	14(77,8)	12(63,2)	25(75,8)	11(61,1)	15(71,4)	39(81,3)	27(65,9)
Sim	4(22,2)	7(36,8)	8(24,2)	7(38,9)	6(28,6)	9(18,7)	14(34,1)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa realizada em 2018. Para Cardia (2003), as experiências individuais são fundamentais para as percepções diferenciadas sobre a polícia. Os jovens das áreas de maior renda e infraestrutura demonstram ter uma imagem mais positiva da polícia, enquanto os jovens de regiões de menor poder aquisitivo apresentam as percepções mais negativas.

Em consonância com as afirmações do autor mencionado anteriormente, Anunciação, Trad e Ferreira (2020), ao discutirem a juventude e a segurança pública no Brasil, destacam que as estatísticas disponíveis revelam que a suspeição criminal se baseia em critérios discriminatórios, como identidade racial, classe social, localização territorial e perfil etário. Nesse contexto, os principais alvos dessa suspeição são os jovens negros e pardos, residentes em favelas e áreas periféricas.

Em relação à percepção de que a polícia aborda predominantemente pessoas de classes sociais mais baixas, os jovens que concordaram com essa visão provinham das regiões Amoras (41,7%), Nova Viçosa (39,4%), Bom Jesus (39,2%) e Santa Clara (38,1%). Por outro lado, os jovens que discordaram dessa ideia eram originários das regiões Passos (94,4%), Fátima (84,6%) e Lourdes (83,3%). A percepção de uma polícia preconceituosa foi mais evidente nas regiões Cachoeirinha (44,4%), Bom Jesus (37,3%) e Nova Viçosa (36,4%). Em contraste com essa visão, na região Fátima, todos os jovens rejeitaram essa afirmação, enquanto em Acamari, 92,9% dos jovens também discordaram dessa percepção.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar as representações que os jovens de Viçosa possuem sobre a violência urbana nas diferentes Regiões Urbanas de Planejamento (RUPs) e os fatores que influenciam essas representações. Os resultados evidenciaram diferenças significativas na percepção da violência entre os jovens, dependendo da região, da classe econômica e da proximidade com episódios violentos.

Em termos gerais, as regiões de Bom Jesus, Santa Clara e Santo Antônio foram consideradas as mais inseguras pelos jovens. Estas regiões possuem características como baixa infraestrutura, escassez de serviços e equipamentos públicos, baixos índices de renda per capita e um número considerável de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em contraste, as regiões Centro, Acamari e Silvestre foram vistas como mais seguras, apresentando melhor infraestrutura e um menor número de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Entretanto, os dados indicam que nem todas as regiões mais percebidas como inseguras apresentam os maiores índices de homicídios, roubos ou agressões físicas. Isso sugere que a representação da violência nessas áreas é influenciada por fatores como a cobertura midiática, comentários de terceiros, o policiamento constante e o fluxo de pessoas.



Outro ponto importante é a diferença nas percepções dos jovens de acordo com a classe econômica. Jovens das regiões de menor renda tendem a associar a insegurança à falta de policiamento e à violência policial, enquanto jovens de áreas de maior renda são mais influenciados pelas informações da mídia e pela percepção geral das pessoas sobre segurança. Nas áreas com altos índices de homicídios, o policiamento constante foi visto como o principal fator para a segurança, embora essa segurança seja muitas vezes vista como imposta pela presença policial.

A percepção dos jovens sobre a polícia também foi um fator de diferenciação. Enquanto os jovens de regiões mais estruturadas e de maior renda têm mais confiança na polícia, aqueles de regiões mais carentes frequentemente expressam desconfiança, considerando a polícia elitista, preconceituosa e violenta. No entanto, mesmo com a visão negativa da polícia, esses jovens reconhecem que a presença policial constante é vista como uma medida de segurança.

Com base nesses resultados, conclui-se que as representações sociais sobre a violência urbana entre os jovens não se baseiam apenas em dados objetivos, mas são moldadas por uma série de fatores sociais, econômicos e midiáticos. Além disso, essas representações contribuem para a construção de estereótipos e medos que reforçam a segregação socioespacial e a limitação do uso dos espaços públicos. Portanto, é essencial investir em estratégias de comunicação transparente, políticas públicas inclusivas e ações educativas que estimulem uma compreensão mais crítica e equilibrada da realidade urbana, contribuindo para uma convivência mais segura e integrada.

Para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudos em nível de bairro, uma vez que os bairros oferecem uma homogeneidade maior em termos de características socioeconômicas e problemas enfrentados do que as RUPs, que agregam diferentes realidades dentro de uma mesma área. Isso permitiria uma compreensão mais detalhada e precisa das representações sobre a violência urbana em diferentes contextos locais.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; Pinheiro, Leonardo de Castro. Violência e vulnerabilidade social. In: Fraerman, A. (Ed.). **Inclusión social y desarrollo: presente y futuro de La Comunidad Iberoamericana**. Madrid: Comunica. 2003.

Adorno, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 103-140.2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200005&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200005&script=sci_arttext) . Acesso em: 05 fev. 2020.

ANUNCIAÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde e Sociedade**, 29, e190271. 2020. Disponível em:



[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902020000100305&tIng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902020000100305&tIng=pt). Acesso em: 10 mar. 2021.

BARROS, Atila et al. VIOLÊNCIA URBANA NATURALIZADA: O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL. *Revista Tópicos*, v. 2, n. 8, p. 1-12, 2024. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/violencia-urbana-naturalizada-o-papel-da-midia-na-construcao-social>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BATELLA, Vagner. Centro, Centralidade e Cidade Média: Apontamentos sobre Viçosa-MG. In: Sousa, D. T., BATELHA, W. B. **Cidades, Territórios e Direitos**. Viçosa: Editora UFV, 2017, p. 155-173.

PEREZ-VINCENT, Santiago M. et al. Los costos del crimen y la violencia: Ampliación y actualización de las estimaciones para América Latina y el Caribe. Fedesarrollo, 2024. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/los-costos-del-crimen-y-la-violencia-ampliacion-y-actualizacion-de-las-estimaciones-para-america>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo Social**: dilemas cotidianos. *Revista de Ciências Sociais*, n. 3, p. 138-158. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14246>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Zahar, 2008, 49 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)** [online]. Brasília [s.d.]. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRICEÑO LEÓN, Roberto. Violencia Urbana en América Latina: Un modelo sociológico de explicación. **Espacio Abierto**, v. 16, n. 3, p. 541-574, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12231607>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CANO, Ignacio. Análise espacial da violência no município do Rio de Janeiro. (1998). In: NAJAR, A. L.; MARQUES, E. C. (Org.). **Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise**. Rio de Janeiro: Fiocruz. cap. 12, p. 239-273, 1998. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wjkcx/pdf/najar-9788575412954-14.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008, 399 p.

CAPRIROLO, Dino; JAITMAN, Laura; MELLO, Marcela. Os custos do bem-estar do crimeno Brasil: um país de contrastes. In: BANCO INTERAMERICANO. **Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe**, 2017. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/custos-de-bem-estar-do-crime-no-brasil-um-pais-de-contrastes>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CARDIA, Nancy. Exposição à Violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, política e direitos humanos. *Lusotopie*, p. 299-330, 2003. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2014/08/down066.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CAVALCANTI, Ricardo Caldas. As dinâmicas da violência urbana na América Latina. Século XXI – **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 2, p. 226-251, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/31915>. Acesso em: 14 fev. 2020.



CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em 11 dez. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2017. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em 11 dez. 2024.

CROWL, Justin N.; BATTIN, Joshua R. Fear of crime and the police: Exploring lifestyle and individual determinants among university students. **The Police Journal**, v. 90, n. 3, p. 195-214, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0032258X16676289>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CRUZ, Tancredo Almada; ALVARENGA, Sônia Coelho; CARMO, Maria Inês do. Retrato social de Viçosa V. **Viçosa, MG: CENSUS**, 2014.

DURKHEIM, Émili. **As Regras do Método Sociológico**. (3ª edição). Lisboa: Editorial, 2007, 165 p.

FERREIRA JUNIOR, Sergio do Espírito Santo; COSTA, Alda Cristina. Enquadramentos e representações sociais da violência urbana na imprensa da amazônia paraense. **Dispositiva**, v. 5, n. 1, p. 111-127, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/11905>. Acesso em: 11 fev. 2024.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli; JESUS, Amanda Ribeiro. Violência e medo na pequena cidade de sertaneja, norte do Paraná. **Revista Continentes**, (16), 316-337, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5743/574362248009/html/index.html>. Acesso em: 27 fev. 2024.

DA COSTA GOMES, Paulo Cesar. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Bertrand Brasil, 2002, 304 p.

IBGE. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 fev. 2024.

IBGE. Censo 2019. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ática, 1989, 116p.

MIOT, Hélio Amante. Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. **Jornal Vascular Brasileiro**, v. 10, p. 275-278, 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167754492011000400001&ng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167754492011000400001&ng=pt&tlng=pt). Acesso em: 11 fev. 2024.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. de Álvaro Cabral. Zahar, 1978. 291p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007, 404 p.

Nascimento, Denise Morado; Barbosa, Bárbara Hoffmann; Carneiro, Elena Oliveira. **A prática da violência na sociedade neoliberal: análise de narrativas midiáticas em Belo Horizonte**. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/91021/51314>. Acesso em: 10 dez. 2024.



PAULA, Karine de Almeida. **A produção do espaço urbano vertical na zona central de Viçosa-MG, no período 1980-2012**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Avaliação do Espaço Construído) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 16: 250-273. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a10n16.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; NOVO, Helerina Aparecida. Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 491-497, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19971.pdf>. Acesso 15 fev. 2020.

RATEAU, Patrick; MOLINER, Pascal; GUIMELLI, Christian; ABRIC, Jean-Claude. Teoria das Representações Sociais. Tradução: Claudia Helena Alvarenga. In: Van Lange, P. A. M.; Kroglanski, A. W.; Higgins, E. T. (Org.). **Handbook of theories of social psychology**, v. 2. London: SAGE, 2012. p. 477-497.

DE SOUZA RIBEIRO, Fernanda; PLATERO, Klarissa Almeida Silva. Barricadas, traficantes e favelas: uma análise sobre as representações e percepções sobre a categoria “risco” dentro dos espaços urbanos no Jardim Catarina. **Confluência** :*Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 19, n. 1, p. 04-22, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34526>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ROLIM, Marcos Flávio. **A Formação de Jovens Violentos**: estudo sobre a etiologia extrema. Curitiba: Appris, 2016, 287 p.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos90**, 8.13: 128-133, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6719>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SEGURIDAD JUSTICIA Y PAZ et al. **Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal AC. Ciudades Más Violentas Del Mundo, 2023**. Disponível em: <http://seguridadjusticiaypaz.org.mx/files/estudio.pdf>. Acesso em 08 nov. 2024.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922004000100004&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100004&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 10 fev. 2020.

SOUZA, Rhomenig Oliveira de, et al. Fatores fiscais e socioeconômicos que afetam a criminalidade no Brasil. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 29, p. e89194, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cgpc/a/rhTv7DbF6qw8ndHZYYFJ3K/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SINHORETTO, Jacqueline. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil. Secretaria Nacional da Juventude 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/89>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SODRÉ, Reges; DE DEUS, João Batista. Insegurança e estigmatização socioespacial na cidade de Araguaína-TO: um estudo sobre o papel da mídia. **Revista de Geografia (Recife)**, 37(2), 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/243542/36352>. Acesso em: 11 maio 2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Bertrand Brasil, 2008, 288 p.



VELHO, Gilberto. (2001). [Entrevista concedida em 3 de julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira]. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2140/1279>. Acesso em 10 fev. 2020.

WAGNER, Wolfgang et al. Theory and method of social representations. **Asian journal of social psychology**, v. 2, n. 1, p. 95-125, 1999. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-839X.00028>. Acesso em: 11 fev. 2020.



**Sobre os autores:****André Luis Gomes**

Doutor em Economia Doméstica na área de concentração: Família e Sociedade, pelo programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) da Universidade Federal de Viçosa (2020). Neste período, atuou na linha de pesquisa: Famílias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano e Social. Mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração: Planejamento, Produção e Avaliação do Espaço Construído, pelo programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal de Viçosa (2015). Atuando na linha de pesquisa: Planejamento do Espaço Construído. Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (2012).

Universidade Federal de Viçosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3395-9192>

E-mail: [andregomes@ufla.br](mailto:andregomes@ufla.br)

**Neide Maria de Almeida Pinto**

Pós-Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Minho em Braga, Portugal; Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professora Titular do Departamento de Economia Doméstica e do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil

Universidade Federal de Viçosa - UFV, Viçosa, MG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8713-5471>

E-mail: [nalmeida@ufv.br](mailto:nalmeida@ufv.br)

**Ana Louise de Carvalho Fiúza**

Pós-Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Minho em Braga, Portugal; Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, MG, Brasil; Professora Titular do Departamento de Economia Rural e do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, MG

Universidade Federal de Viçosa - UFV, Viçosa, MG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3898-1583>

E-mail: [louisefiuza@ufv.br](mailto:louisefiuza@ufv.br)

**Geraldo Magela da Cruz Pereira**

Possui graduação em Matemática (2013), mestrado em Estatística Aplicada e Biometria (2016) e doutorado em Estatística Aplicada e Biometria (2020) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Atualmente, exerce o cargo de professor adjunto no Departamento de Estatística da Universidade Federal de Lavras (UFLA), onde leciona as disciplinas de Estatística Experimental nos níveis de graduação e pós-graduação, e Análise de Sobrevivência/Confiabilidade no nível de pós-graduação. Além disso, é docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Estatística e Experimentação Agropecuária da UFLA. Em suas atividades de pesquisa, concentra-se nas áreas de Aprendizado de Máquina, Planejamento e Análise de Experimentos, Estatística Genômica e Análise de Sobrevivência/Confiabilidade.

Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6280-4870>

E-mail: [geraldo.pereira@ufla.br](mailto:geraldo.pereira@ufla.br)

